



JUSTIÇA FEDERAL IRÁ DECIDIR SOBRE PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Desde o dia 17 de novembro a ação cautelar que suspendeu o Plano se encontra na 7ª Vara de Justiça Federal, e a decisão, se positiva, poderá beneficiar seis mil ex-participantes

Caberá à Justiça Federal a decisão sobre a implementação do Plano de Contribuição Definida, suspensão por liminar obtida pela Associação dos Antigos Funcionários do Banco Central do Brasil (AAFBC) em 2003, em função de ação cautelar na 8ª Vara Civil do Tribunal de Brasília.

O Plano foi aprovado em 2002 pelo Conselho Deliberativo da Centrus, pelo Banco Central e pela Secretaria de Previdência Complementar, e pode beneficiar os participantes que mantêm, pelo menos, as 12 primeiras contribuições na Fundação.

Segundo o Consultor Jurídico da Centrus, Heldofrânio Guimarães, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal declinou da competência para o julgamento porque o BC entrou na relação processual ao lado da Centrus. Também está na Justiça Federal a ação principal, que questiona a participação de candidatos do RJU na eleição de 2002.

O gerente de benefícios da Fundação, Tyrone Ferreira Barbosa, explica que o novo plano terá sua própria estrutura e recursos, além de Cadastro Nacional de Plano de Benefício - CNPB próprio. Não haverá qualquer interferência no Plano de Benefício Definido, modalidade que reúne os antigos celetistas do BC.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA
Antigos participantes e funcionários da Centrus	Funcionários RJU e futuros participantes
Patrocinador contribui com metade do valor	Patrocinador pode contribuir ou não
Fundo coletivo, mutualista	Fundo individual, conta individual
Benefício definido em função do salário	Benefício depende do valor acumulado
Reservas definidas	Reserva funciona como poupança

“A Centrus é uma entidade de previdência privada que pode administrar tantos planos quanto for possível, como fez a Petros, desde que haja um contrato de adesão. O plano antigo está garantido, os benefícios estão concedidos: existe uma reserva integralizada e todos vão receber o que têm direito. Para eles não muda nada”, reitera Tyrone.

O gerente de benefícios lembra que, em razão dos excelentes níveis de rentabilidade da Fundação, foi possível reduzir as contribuições para o Plano de Benefícios. Além disso, a Contribuição Definida é a modalidade mais moderna, e praticamente todas as grandes empresas estão substituindo o Benefício Definido pela Contribuição Definida.

“Ninguém precisa se preocupar. A Centrus tem hoje um recurso garantidor altamente estruturado. A situação da entidade é muito sólida em relação aos antigos participantes, e eles não vão perder nada. Ao contrário, a entrada de novos participantes pode contribuir para a redução dos custos administrativos, e assim todos ganham”, analisa Tyrone.

AIDS TAMBÉM AFETA IDOSOS

Aumenta o número de casos de AIDS entre maiores de 60 anos

CRESCIMENTO DOS CASOS DE AIDS APÓS OS 60 PREOCUPA ESPECIALISTAS

Desde os anos 80 vem aumentando no Brasil o número de casos de Aids em pessoas com mais de 60 anos, população de 16 milhões. São homens e mulheres aposentados, de classe média, com disponibilidade de tempo e recursos, ansiosos para aproveitar tudo o que a vida muitas vezes não lhes permitiu. E que acabam vítimas fáceis de um novo tipo de prostituição.

A informação é de João Batista de Medeiros, 71 anos, idealizador da Assessoria Especial para Assuntos da Terceira Idade (AETI) – criada no governo de José Aparecido no Distrito Federal, em 1987 –, e assessor da Comissão de Assuntos Sociais – Subcomissão Temporária do Idoso, do Senado Federal.

“Existe um nicho de prostituição que começa nos bailes de locais certos e dias marcados. Os homens procuram as jovens; e as mulheres, viúvas, filhos criados, também redescobrem a sexualidade”, acredita.

O Ministério da Saúde não desenvolve programas de prevenção voltados para a terceira idade, como anunciado pela Coordenação Nacional de DST/Aids em 2001, embora, segundo a OMS, em 2005 o Brasil irá ter a 6ª maior população idosa do mundo, com cerca de 32

milhões de pessoas.

O *Boletim Epidemiológico Aids*, publicado pelo MS, informa que entre 1983 e 2003 o número de casos entre mulheres a partir de 60 anos chegou a 1.810 (2% do total da população atingida), e entre os homens alcançou a faixa de 4.548 pessoas, ou 2,1% da população. O boletim mostra falha na investigação de novos casos: nos últimos cinco anos o percentual de forma de contaminação ignorada ultrapassa 20%. Além disso, não se faz exame de Aids em idosos para determinar a causa da morte quando há infecção geral, o que poderia modificar o quadro.

“O idoso se acha imune, mas nesta idade ele tem 40% a mais de chances de se infectar. Alguns dizem que estão perto da morte, e não têm medo. E o governo não faz nada para alertá-los: a propaganda é voltada para os jovens”, analisa o especialista.

Segundo Medeiros, depende do casal a continuidade da vida sexual prazerosa e ativa. “Não há limite de tempo, apenas a forma de lidar



com o sexo vai se modificando. E não tem nada a ver com o Viagra. O casal que mantém uma regularidade sexual vai chegar aos cem praticando sexo sem usar remédios”.

Seu espaço

NOVA POLÍTICA

A Centrus precisa adotar uma nova política com os seus participantes, melhorando o seu canal de comunicação. As decisões que dizem respeito à revisão do Plano de Benefícios ou a diminuição das contribuições devem ser tomadas depois de ouvidos os participantes, que são os maiores interessados. É preciso mudar, e muito. Não podemos receber as decisões como fatos consumados.

Paulo Sergio Rocancourt Araújo

Resposta – Essas decisões são tomadas pelo Conselho Deliberativo, que conta com membros eleitos pelos participantes. A criação de Comitês de Comunicação e o Café com Centrus representam uma nova política de relacionamento com os participantes.

Expediente

Este informativo é uma publicação da Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus.
Distribuição gratuita.

End: Corporate Financial Center – SCN
– Q. 02 – Bloco A – 8º e 9º andares
– CEP 70712-900 – Brasília – DF
Contatos: fone (061) 329-1414 e
0300 789-1014
e-mail: jornalcentrus@centrus.org.br
Home page: www.centrus.org.br

Realização: CDN - Companhia de Notícias – **Redação e Edição:** Cláudio Tourinho e Rosa Pecorelli, **Arte e ilustrações:** Rafael Ziegelmaier, **Fotos:** Divulgação, **Jornalista responsável:** Gerson Penha MTb 96811

- Conselho Deliberativo:
Presidente: Ernesto Albrecht - Membros: Antônio Caetano Filho, Dimas Luis Rodrigues da Costa, José Carlos da Costa, Vicente Fialkoski. Secretário-Executivo: Wagner de Lima Oliveira
- Conselho Fiscal
Presidente: Mateus Areal - Membros: Eduardo de Lima Rocha, Sérgio Goldenstein.
- Diretoria-Executiva:
Diretor-Presidente: Pedro Alvim Junior - Diretores: José Renato Corrêa de Lima, Plínio Eurípedes de Castro, Ricardo Monteiro de Castro Melo.

PRESIDENTE DA ABACE PEDE AGILIDADE PARA RESOLVER AÇÃO DAS ELEIÇÕES

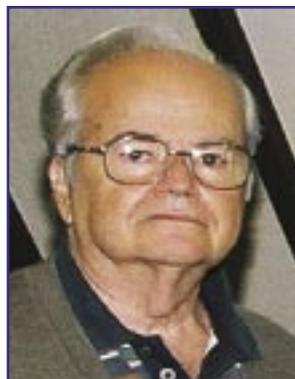
Cid Jorge Haui defende também a volta dos funcionários do Regime Jurídico Único, mas o presidente da Associação dos Antigos Funcionários do Banco Central do Brasil não vê solução sem acordo

O presidente da ABA-CE, Cid Jorge Haui, disse ao *Jornal Centrus* que a Ação das Eleições, agora nas mãos da Justiça Federal, precisa ser resolvida rapidamente, de forma a atender a todos. Ele defende a volta dos que foram transformados em servidores públicos após a aposentadoria – uma aberração, a seu ver –, mesmo que eles não sejam equiparados aos que ficaram na Fundação.

“Talvez valha a pena lembrar



Cid: “Atender a todos”



Franz: “A briga continua”

que a Centrus foi construída por todos nós, a primeira e a segunda gerações de funcionários do BACEN, e os que foram transferidos

para o RJU não tiveram possibilidade de escolha”.

Já o presidente da Associação dos Antigos Funcionários do Banco Central do Brasil, Franz Gomes Breitschaft, não acredita que a Justiça Federal irá reverter o quadro. “O mérito, a meu ver, continuará a nosso favor. Quem já está recebendo pelo Tesouro Nacional não tem nada mais a ver com a Centrus”, afirma ele, garantindo que sem acordo “a briga continua”.

Centrus aguarda os resultados dos recursos sobre Ação da Paridade

Uma das maiores preocupações dos participantes que têm comparecido às reuniões dos Comitês de Comunicação é a Ação da Paridade. Sobre ela a direção da Centrus informa que entrou com dois recursos no final de maio: um para o Superior Tribunal de Justiça (Especial) e outro para o Supremo Tribunal Federal (Extraordinário).

Segundo o advogado Heldofrânio Manoel Cipriano Guimarães, a Fundação acredita que a decisão do Tribunal de Justiça do DF (considerando procedente a ação ordinária ajuizada pela Associação dos Antigos Funcionários do Banco Central do Brasil – AAFBC) infringiu a legislação infra-constitucional, o que determina um recurso especial para o STJ, e também a Constituição Federal, gerando recurso no STF.

“Entramos com os recursos em

maio, e eles estão em juízo de admissibilidade, quer dizer, o juiz deverá autorizar seu encaminhamento aos tribunais superiores. Vamos aguardar, pois não há precedente sobre o assunto”, avalia Guimarães.

O Consultor Jurídico da Centrus informa que a decisão de alterar o regulamento no que se refere ao valor das contribuições dos participantes (de 10% para 15%) está baseada na determinação da Emenda Constitucional nº 20 (Art. 202, parágrafo 3º) e na Lei Complementar 108, Art. 6º, que diz: “(...) a contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios em hipótese alguma excederá a do participante”.

“Entendemos que o direito adquirido pleiteado pelos participantes incide sobre o valor do benefício complementar de aposentadoria, que não foi mexido. Não há direito adquirido sobre custeio”, diz ele.

COMITÊS DE COMUNICAÇÃO

O Comitê de Comunicação reuniu em novembro Carlos Everaldo Álvares Coimbra, Maria José Machado, Maria Raimunda Macedo e Danilo Magalhães (DF); Algedas Sinkevicius, Wilson Dutra da Costa e Sérgio Paulo de Oliveira (SP); Maria Sebastiana Balbino e Henock Garcia (RJ), para sugerir pautas para o Jornal Centrus, além de manter um contato mais estreito com a Fundação.

BOAS FESTAS!

A Centrus deseja a seus participantes, pensionistas, beneficiários e colaboradores que o sentimento das comemorações pelo nascimento de Jesus possa nortear as atitudes de todos neste novo e também nos anos seguintes.

INTERVENÇÃO NO BANCO SANTOS: REFLEXOS PARA A FUNDAÇÃO

Os investimentos da Centrus (R\$ 34 milhões) no Banco Santos, sob intervenção do Banco Central, representam apenas 0,5% do patrimônio total da Fundação, e não significam perdas de imediato. A Centrus aguarda a evolução do caso para tomar as providências cabíveis, se necessário.

A Fundação Centrus tem ainda uma participação de aproximada-

mente R\$ 50 milhões em um fundo de investimento em Renda Fixa administrado pela Santos Asset Management. Esse investimento é 100% composto por títulos públicos (LFT), com custódia em outra instituição financeira, não afetado, portanto, pela medida do Bacen. A Fundação operava com o Banco Santos há mais de oito anos.

As aplicações feitas em 2004

estão dentro dos parâmetros da política de investimentos aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, e atendem as recomendações do Conselho Monetário Nacional e da Secretaria de Previdência Complementar. A Fundação tem critérios próprios mais rígidos na seleção das instituições financeiras com as quais opera, o que inibiu perdas nos últimos cinco anos.

Patrimônio chega perto dos R\$ 7 bilhões

Em outubro o valor do patrimônio da Centrus atingiu a marca de R\$ 6,947 bi, cerca de R\$ 1 bilhão a mais do que no início do ano, com superávit de R\$ 1,474 bi, valor 2,4% superior a setembro.

Em apenas três meses (agosto, setembro e outubro) a rentabilidade da Fundação determinou um crescimento de R\$ 282, 9 milhões do superávit acumulado, mesmo após a redução das contribuições,

ocorrida no mês de agosto, quando houve uma queda – já esperada – neste crescimento.

Conheça a política de investimentos no portal: www.centrus.org.br

<i>Balancete Gerencial</i>							
<i>Ativo</i>		<i>Outubro de 2004</i>		<i>Passivo</i>		<i>(em R\$ mil)</i>	
DISCRIMINAÇÃO	30.09.2004	31.10.2004	VARIAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	30.09.2004	31.10.2004	VARIAÇÃO
DISPONÍVEL	225	228	1,24%	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.145.410	2.142.355	-0,14%
				Contribuição Patronal a Devolver	1.999.122	1.993.770	-0,27%
REALIZÁVEL	6.905.495	6.942.925	0,54%	Contribuição Pessoal a Devolver	129.427	130.415	0,76%
Contribuições Conveniadas com o Patrocinador	897.430	905.316	0,88%	Outras exigibilidades	16.861	18.170	7,76%
Notas do Tesouro Nacional	807.161	812.136	0,62%	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	501.081	504.818	0,75%
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	1.190.651	1.205.769	1,27%	Contingência Fiscal	501.081	504.818	0,75%
Títulos da Dívida Agrária	1.089	1.102	1,18%	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.479.364	2.476.195	-0,13%
Certificados/Recibos Dep. Bancários - CDB/RDB	33.492	33.912	1,25%	Benefícios Concedidos	2.462.092	2.458.844	-0,13%
Fundo de Investimento Financeiro	369.600	360.478	-2,47%	Benefícios a Conceder	17.272	17.351	0,46%
Ações	2.828.318	2.851.481	0,82%	RESULTADOS REALIZADOS	1.436.064	1.473.927	2,64%
Quotas de Fundos de Ações	87.997	82.607	-6,13%	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	1.436.064	1.473.927	2,64%
Imóveis	333.718	333.294	-0,13%	Reserva de Contingência	619.841	619.049	-0,13%
Empréstimos	14.064	14.380	2,25%	Reserva para Revisão de Planos	816.223	854.878	4,74%
Financiamentos	321.860	321.732	-0,04%	FUNDOS	347.584	350.381	0,80%
Outros	20.115	20.718	3,00%	Fundo Cobertura Anti-Seleção de Riscos	223.766	224.790	0,46%
PERMANENTE	3.783	4.523	19,56%	Fundo Administrativo Previdencial	119.329	121.096	1,48%
TOTAL DO ATIVO	6.909.502	6.947.676	0,55%	Fundo de Reserva de Garantia	3.359	3.361	0,06%
				Fundo Cob. Resíduo Saldo Devedor	1.129	1.134	0,40%
				TOTAL DO PASSIVO	6.909.502	6.947.676	0,55%